

NOVO GOVERNO / Discreto e da estreita confiança do vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, o ex-deputado Floriano Pesaro rege o mapeamento da gestão Bolsonaro para que o futuro governo tenha um plano de voo eficiente nos primeiros 100 dias

O maestro da transição

» VINICIUS DORIA

Luís Macedo/Câmara dos Deputados



Apesar do esforço para não atrair a atenção, Pesaro não passa despercebido pela posição que ocupa na transição

Depois de praticamente duas semanas entre indicação de nomes, montagem dos grupos temáticos e o início efetivo dos trabalhos no Centro Cultural Banco do Brasil, o governo de transição começa a engrenar. Cada grupo tem autonomia para organizar seu plano de trabalho, mas todos os 31 núcleos já anunciados se reportam a uma coordenação central. Nesse comando, se destaca Floriano Pesaro, nome da confiança do coordenador-geral da transição, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB).

O ex-deputado federal é o coordenador-executivo, uma espécie de super-gerente do governo de transição. Coube a ele organizar toda a estrutura e as rotinas de trabalho do gabinete provisório, além de cuidar da burocracia dos trabalhos, como distribuição dos recursos financeiros e humanos entre as equipes setoriais.

Discreto, não dá entrevistas nem disputa espaço com os medalhões da transição. Nos anúncios oficiais, jamais ocupa posição central. Pesaro posta-se ao lado das demais autoridades, subsidiando com números e informações os principais alvos da imprensa. E não adianta cercá-lo atrás de alguma notícia mais quente. Educado, se desvencilha com facilidade dos jornalistas que cobrem dos trabalhos do gabinete transitório.

Mas Pesaro abriu uma exceção ao **Correio** para falar sobre o assunto que o ocupa 24 horas: a organização dos trabalhos do governo de transição. Sabe que corre contra o tempo para entregar no prazo — antes da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 1º de janeiro — o relatório final. Para isso, coordena 30 grupos e quase 300 pessoas.

Para que esse diagnóstico fique pronto até o fim do ano, os membros de cada setorial passarão as próximas semanas examinando planilhas, relatórios, execuções orçamentárias, quadro de pessoal, contratos e situação das políticas públicas em andamento para apontar os problemas mais urgentes e que demandam ações imediatas do novo governo. Um exemplo da importância desse mapeamento surgiu, sexta-feira passada, com a suspensão da emissão

de passaportes pela Polícia Federal (PF) por falta de dinheiro. Em outras áreas, o risco de faltar recursos para serviços essenciais é grande, mas a equipe de Pesaro precisa saber a dimensão do problema. Com base no projeto de Orçamento para 2023, já se sabe que políticas públicas podem ser paralisadas.

Metas e prazos

O governo de transição definiu metas e prazos para os setoriais.

Até o dia 30, cada grupo oferecerá à coordenação geral um relatório resumido do diagnóstico de cada área, abordando, principalmente, os alertas dados pelo Tribunal de Contas da União e outros órgãos de fiscalização acerca de situações de risco potencial. Também deverão listar a estrutura atual de cada órgão.

Uma das missões é identificar todos os atos normativos em vigor e apontar quais podem ser revogados. Outro desafio é identificar as “emergências orçamentárias”

Três perguntas para

Floriano Pesaro, coordenador-geral dos setoriais do governo eleito

Para que serve a transição?

A transição é para que a gente possa fazer um bom diagnóstico do estado da arte do atual governo, a formatação deste governo, as questões orçamentárias, financeiras, administrativas, organizacionais, e encaixar a atual administração no futuro governo. É fazer esse encaixe do modelo que se pretende no futuro, defendido pelo presidente Lula, baseado nesse ponto de partida, que é o estado da arte do atual governo. O diagnóstico precisa ser profundo, especialmente nas questões orçamentárias, financeiras e organizacionais de programas, visando um início melhor do futuro governo, com mais informação, mais estruturação, para que a gente possa começar em um bom ritmo os 100 primeiros dias (do governo Lula).

Esse trabalho vai preparar uma espécie de plano inicial de governo?

Não. O plano de governo já

foi apresentado na campanha eleitoral, foi vitorioso. Não se trata disso. Baseado nas informações do programa de governo (diretrizes da chapa Lula-Alckmin registradas no Tribunal Superior Eleitoral), vamos encaixar o futuro governo na estrutura atual. Vamos ter que mexer nessa estrutura (do governo Bolsonaro) e, para isso, é preciso conhecê-la. Por isso, a importância do diagnóstico.

Esse primeiro olhar sobre o governo Bolsonaro preocupa?

O futuro governo será bem diferente do atual, do ponto de vista organizacional e, também, das prioridades: acima de tudo, haverá o fortalecimento das instituições públicas e toda essa questão das prioridades sociais. O que estamos avaliando, agora, é como fazer esse encaixe. Para isso, precisamos saber exatamente onde estamos pisando. E a transição tem exatamente esse papel.



ROBERTO BRANT

SE LULA QUISER APENAS REPETIR O PASSADO, COM SEUS VELHOS COMPANHEIROS, VAI FRACASSAR. SE OUSAR COMEÇAR A CONSTRUIR UM PAÍS NOVO E QUE NUNCA EXISTIU, VAI MERECEER UM LUGAR NA HISTÓRIA

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Maiorias bem diferentes

Todos no Brasil estamos acostumados com presidentes que se elegem sem maioria no Congresso e gastam a melhor parte de seu capital político num esforço patético para formar uma maioria improvisada, mesmo que sem alma nem convicções, para assegurar um mínimo de governabilidade.

Nosso sistema eleitoral, em sua exótica originalidade, praticamente impede que o voto majoritário para o comando da República tenha a necessária correlação com a votação para a Câmara dos Deputados. Está aí a principal fonte da corrupção na política e da inépcia de muitos governos.

Governos sem maioria não governam e, no limite, não sobrevivem todo o mandato. Por essa razão, o primeiro dever de um governante é construir essa maioria. Governantes que não a buscam, negligenciam seu dever de governar e passam o mandato fingindo que governam — e reclamando da vida.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ganhou uma eleição nitidamente plebiscitária, mas elegeu pouco mais de 25% dos deputados. Acontece que ele domina muito bem as habilidades necessárias para conquistar os adversários no Congresso, embora no passado isso lhe tenha causado contratemplos. Com a experiência, está, aos poucos, se assegurando de um amplo espectro de apoios na Câmara e no Senado. No

reino da política, a paz já é uma realidade.

No reino da vida real, as coisas são muito diferentes, pois o nosso Parlamento é uma representação muito imperfeita da nossa população. Maioria no Congresso não é, necessariamente, maioria na sociedade. Nunca em nossa vida democrática uma eleição presidencial foi marcada por tanta confrontação e tanto acirramento de ânimos. Parecia uma decisão existencial e não uma rotineira sucessão eleitoral democrática. Nunca antes havíamos sequer imaginado que num mesmo território convivem dois Brasis, tão separados e tão irreconciliáveis.

Amargura

Embora apenas três semanas tenham se passado, os fluxos de mensagens nas redes sociais e o ânimo das pessoas na vida cotidiana nos advertem que a amargura política e o inconformismo dos que não venceram não são sentimentos superficiais, destinados a desaparecer a qualquer momento. O espírito de confrontação, e até de desespero, está resistindo até às conveniências.

É impossível governar um país nesse estado de divisão, pelo menos com os meios da democracia. E nosso país não suportará

mais um governo paralisado e sem forças para realizar mudanças muito profundas. A falta de crescimento do Brasil, que dura mais de 40 anos, e o alto grau de pobreza da população, pedem um governo forte, amparado por amplos consensos e para o qual todos possam torcer. Mais um governo fracassado, e focado em agendas irrelevantes e estéreis, é tudo o que não podemos voltar a ter.

Conquistar o Parlamento brasileiro é uma coisa. Outra, muito diferente, é conquistar uma ampla e clara maioria na sociedade brasileira. As moedas que servem para seduzir os políticos não têm valor no mundo das pessoas comuns e dos cidadãos. Aqui não servem de nada as emendas e os cargos. Aqui é preciso oferecer gestos, atitudes, comportamentos e resultados.

O presidente eleito Lula recebeu esse desafio do destino: ser um governo de transição entre a guerra e a paz. Precisa governar para os seus e para os outros. Se não fizer isso, não governará para ninguém, porque o país pode tornar-se um campo de batalha permanente.

Se Lula quiser apenas repetir o passado, com seus velhos companheiros, vai fracassar. Se ousar, como disse um velho professor paulista, começar a construir um país novo e que nunca existiu, vai merecer um lugar na história.

Tem um futuro melhor bem à nossa frente.

A Karen tem 4 filhos e perdeu o emprego no início da pandemia. Mas não desanimou. Com os programas de qualificação do GDF, ela se capacitou e conseguiu investir na abertura de sua própria loja. E já faz planos para crescer. É com essa visão que ela, e todos nós, podemos olhar para a frente e ver que o futuro do DF vai ser ainda melhor.



Karen contou com os programas sociais e virou empreendedora.

